

Deputadas constituintes não conseguem consenso em propostas sobre mulheres

Da Sucursal de Brasília
e da Reportagem Local

Apesar da diversidade ideológica da bancada feminina, as 25 constituintes eleitas — a deputada Bete Mendes (PMDB-SP) licenciou-se para ocupar o cargo de secretária da Cultura do governo Orestes Quércia — estão tentando manter a unidade em torno de questões de interesse da mulher como isonomia salarial, garantia de creches, proteção ao menor órfão ou abandonado, direitos e deveres iguais na sociedade conjugal. Mas são temas como a legalização do aborto — defendida por quase todas as entidades feministas — que ameaçam o "lobby" feminino, guiado pelo Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, órgão vinculado ao Ministério da Justiça.

Na "Carta das Mulheres", entregue na última quinta-feira ao presidente do Congresso constituinte, da Câmara dos Deputados e do PMDB, deputado Ulysses Guimarães, por um grupo de feministas liderado pelas deputadas constituintes, o tema do aborto acabou sendo incluído no item saúde, através de uma reivindicação de "garantia de livre opção pela maternidade, compreendendo-se tanto a assistência ao pré-natal, parto e pós-parto como o direito de evitar ou interromper a gravidez sem prejuízo para a saúde da mulher".

A deputada Cristina Tavares (PMDB-PE) admite que este é um tema "complexo". O melhor a fazer é adiar a sua discussão e um bom argumento para esse adiamento, segundo ela, é que o assunto é de lei ordinária e, portanto, não precisaria, necessariamente, ser discutido na Constituinte. Mas a deputada Sandra Cavalcanti (PFL-RJ) compara os que defendem a legalização do aborto a Hitler. "Ninguém tem o direito de tirar a vida de alguém num determinado momento. Hitler, por exemplo, tirou mais tarde. Os bandidos tiram a qualquer hora", diz.

A médica e deputada Abigail Feitosa (PMDB-BA) não chega a extremos mas discorda da defesa do aborto e diz que o conselho corre o risco de se transformar "em academia de notáveis ou de deleite intelectual". Abigail teme que o conselho nacional não esteja atento às questões que preocupam a mulher trabalhadora da periferia. Para a presidenta do conselho, Jacqueline Pitanguy, o melhor é o diálogo. "Não estamos pedindo comunhão de idéias. Algumas concordam com nossas propostas, outras discordam, mas tudo é uma questão de conversar. Estamos abertas à discussão", diz.

O PDS da deputada Wilma Maia (RN), o PMDB de Moema São Thiago (CE), o PT de Benedita da Silva (RJ), e o PLF de Raquel Cândido (RO) estão juntos em uma proposta de Constituição. Doze deputadas constituintes já deram o seu aval à proposta que, entre outras garantias, prevê que o trabalho de dona-de-casa deve ser considerado como "atividade econômica".

Trabalhistas	Políticos	Constituintes
1922 Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, criada por Bertha Lutz para dar amparo à mulher trabalhadora e lutar pelo direito de voto.	1927 Mulheres do Rio Grande do Norte são as primeiras a conquistar direito de voto.	1975 Ano Internacional da Mulher, conforme resolução da Organização das Nações Unidas (ONU).
1970 Movimento de Luta por Creches se articula a nível nacional.	1932 Com a nova Constituição Federal, mulheres adquirem direito de votar. O movimento feminista entra em decadência até a década de 60.	1976 Instituída a "Década da Mulher" durante a Conferência Mundial do Ano Internacional da Mulher, no México, em junho.
1972 Mulheres operárias iniciam manifestações contra o custo de vida. Surgem organizações de moradores na periferia das grandes capitais e em São Paulo é fundado o Clube das Mães.	1964 Extinta Federação das Mulheres Paulistas.	1978 Grupo Costa, ligado à Igreja Católica (RJ), e Grupo de Ação Lésbico Feminista (SP).
1973 Associação das Donas de Casa (SP).	1968 Mulheres paulistas e cariocas desenvolvem o Movimento Nacional contra a Carestia.	1979 Ano de ebulição do movimento feminista com o surgimento de grupos em quase todos os Estados. As idéias gerais do movimento (como igualdade de direitos com os homens) e a existência de violências contra a mulher são mais difundidas. Em São Paulo, no 1º Congresso da Mulher Paulista, surge a Frente de Mulheres Feministas.
1976 Aumenta em 176,3% o índice de sindicalização da mulher brasileira.	1972 Nas eleições municipais, sessenta mulheres são eleitas para prefeituras.	1980 Tema violência sexual debatido com internacional. Surge OGS Mulher, inspirado no "Self-Help" de Boston (EUA) e o Centro de Defesa dos Direitos da Mulher de Belo Horizonte (MG).
1977 Mulheres metalúrgicas e da indústria têxtil fazem greves por equiparação de salários com os homens.	1974 Movimento Feminino pela Anistia transforma-se em Movimento Brasileiro pela Anistia, com representantes em todos os Estados brasileiros.	1981 1º Encontro Nacional da Mulher (RJ) e 1º Congresso da Mulher Paulista. Criação do Centro de Informação da Mulher (CIM) em São Paulo.
1979 Surgem no Ceará os primeiros movimentos feministas. Têm caráter trabalhista e acadêmico.	1975 No Encontro para o Diagnóstico da Mulher Paulista nasce o Centro de Desenvolvimento da Mulher Brasileira (CDBM).	1983 Conselho Estadual de Condição Feminina em São Paulo e Fórum Gerais. Criados para elaborar política e influenciar iniciativas dos governos estaduais.
1980 Ação da Mulher Trabalhista do PDT e criação do Grupo Associação de Mulheres do Mato Grosso.	1977 Comissão de mães em defesa dos direitos humanos (SP).	1984 Participação dos movimentos na campanha pelas Diretas-Já e apresentação ao Congresso Nacional de um projeto Instituto da Mulher a ser incorporado ao Código Civil Brasileiro.
1982 Movimento Unitário de Mulheres do Rio Grande do Sul.	1978 58 mulheres são eleitas para prefeituras.	1985 Conselho Nacional de Defesa dos Direitos da Mulher, presidido pela deputada federal Ruth Escobar, a nível nacional. Criado, em São Paulo, a primeira delegacia especializada em defesa da mulher.
1984 Conselho Estadual da Condição Feminina desenvolve projetos junto aos sindicatos da indústria de transformação em São Paulo para aperfeiçoar legislação trabalhista.	1979 Frente de Mulheres Feministas propõe alteração do Código Civil Brasileiro, por entendê-lo "machista".	1986 2º Encontro Latino-Americano e realizado em Brasília, com o norte de São Paulo, com delegadas de países da América do Sul e Europa.
1985 Projeto "Pela Guarda e Proteção das Crianças", do conselho paulista, exige implantação de creches em todos os locais de trabalho.	1980 Instituída comissão de mulheres do PT. Em São Paulo, é realizado o fórum "A Mulher e a Política", no Teatro Ruth Escobar.	1986 Cinco delegacias da mulher são inauguradas nas regiões sul, oeste, norte e leste de São Paulo; três no interior do Estado (nas cidades de Limeira, São José dos Campos e Ribeirão Preto); e uma na Grande São Paulo, em São Bernardo do Campo.
1986 Em andamento "Projeto Coje" de orientação jurídica à mulher trabalhadora de São Paulo e instituído pelo Centro de Orientação Jurídica e Encaminhamento à Mulher.	1981 Ressurge a Federação das Mulheres Paulistas para convocar uma Assembleia Nacional Constituinte.	1987 Existem cerca de 400 entidades feministas no Brasil.
	1982 São eleitas 58 mulheres para a Câmara dos Deputados, contra quatro em 76. Para as Assembleias Legislativas, 27 mulheres se elegeram e ainda 31 prefeitas. Instituído o departamento feminino do PMDB.	
	1984 Núcleo de Mulheres do PMDB de Florianópolis (SC).	
	1986 Formada Coordenação de Mulheres 8 de Março, reunindo 27 entidades feministas e militantes do PT, PCB e PC do B.	
	1987 Coordenação de Mulheres do Estado de São Paulo se articula para estudar propostas ao Congresso constituinte e pedir legalização do aborto.	

Movimento feminista segue o político

O movimento feminista brasileiro começou a se articular de forma mais organizada no início dos anos 70. Apesar de voltado para a defesa dos direitos e necessidades específicas da mulher, sempre esteve ligado aos acontecimentos políticos do país, que geraram e continuam contribuindo para a formação de grupos e associações de mulheres.

As agremiações eminentemente feministas, segundo estudo do Conse-

lho Estadual da Condição Feminina de São Paulo, surgiram por iniciativa das mulheres mais esclarecidas da classe média. Traçar a genealogia dessa organização implica necessariamente lembrar campanhas nacionais de peso, como "Diretas-Já" (1984), "Anistia ampla, geral e irrestrita" (1974) ou "Contra a Carestia" (1968).

Algumas entidades dedicam-se ao estudo da história do feminismo,

como o Centro de Informações da Mulher (CIM) de São Paulo. Mas existem outras que se dedicam à atuação no país, tal a rapidez com que aparecem e somam do tempo. O número cada vez maior de organizações que se destinam à mulher urbana, segundo as feministas, que o movimento hoje está especializado a uma projetos práticos capazes de conquistar um público maior.